



Universidade Federal do Rio de Janeiro

Instituto de História

EDUCAÇÃO E POLÍTICA ENTRE DISPUTAS E NEGOCIAÇÕES:

Anísio Teixeira e a Escola Nova no governo de Pedro Ernesto
(1930 – 1935)

Monografia em História

Graduando: Edson Damasceno Gomes de Oliveira

DRE: 111475780

Orientador: Profª Drª Fernando Vale Castro

Rio de Janeiro,

2018.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Edson e Patrícia, e demais familiares que me conduziram no caminho a universidade. Aos meus amigos, em especial dois grandes amigos de vida que sempre estiveram ao meu lado nessas e outras batalhas, Diego Soares e Leon Gomes. E, sobretudo, aos meus amigos de faculdade Lucas, Alexandre, Renato e Luis Felipe. Sem dúvida, todos eles foram fundamentais para a minha trajetória universitária.

Grato,

Edson Damasceno Gomes de Oliveira.

AGRADECIMENTOS

Difícil, neste curto espaço entre as linhas, escrever meus agradecimentos. São tantas pessoas que eu precisaria agradecer por me ajudarem a chegar até aqui... Nada foi fácil nessa caminhada e sem essas pessoas, não seria possível. E por isso eu gostaria de agradecer aos meus pais, padrinhos e demais familiares. Assim como, meus muitos professores escolares, especialmente Célia Maria e Armindo Lajjas, que antes mesmo da universidade fadaram minha trajetória intelectual. Ainda, agradeço ao professor João Massena com quem muito aprendi no Pré-universitário Samora Machel. Assim como as professoras Cinthia Araújo e Rafaela Albergaria que me orientaram nos trabalhos do programa de iniciação a docência, o PIBID. E, principalmente, ao grande professor Fernando Castro (o Fernandão) que além de também ter atuado no pibid, vem me auxiliando durante muito tempo (muito mesmo), como orientador deste trabalho. Foi de grande aprendizado estar junto com ele.

Portanto, agradeço a todos os envolvidos, aqui citados. Pois, finalmente, chego ao fim da graduação com muito orgulho no peito. Sem todas estas pessoas, nada disso teria sido possível. Pois sozinho, não somos capazes de enfrentar todas as barreiras do mundo. Mas coletivamente, vamos longe.

“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.”
_Paulo Freire.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.	5
UNIDADE I: A Associação Brasileira de Educação e o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932.	8
1.1: A ABE.	8
1.2: O Manifesto.	12
UNIDADE II: Anísio Teixeira e as reformas educacionais no governo de Pedro Ernesto (1930 a 1935).	17
2.1: Uma breve narrativa da trajetória intelectual de Anísio Teixeira.	17
2.2: Pedro Ernesto e as reformas educacionais de Anísio Teixeira.	19
CONSIDERAÇÕES FINAIS.	26
4. REFERÊNCIAS.	27
1. Fontes primárias	27
2. Referência bibliográfica	28
5. ANEXOS.	31

INTRODUÇÃO

Até o início do período republicano brasileiro a educação esteve sob forte influência da Igreja católica, permitida pelo Estado que não enxergava justificativas para o rompimento dessa relação. A realidade educacional brasileira se manteve por todo esse período como discriminatória e elitista, ou seja, uma educação onde pequena parcela da população tinha acesso e grande parte vivia às margens.

Desse modo, é importante ressaltar que essa lógica auxiliava a manutenção do sistema escravista e, posteriormente, com a alforria, aprofundou as desigualdades sociais na sociedade brasileira, pois os ex-escravos, em sua imensa maioria, não dispunham da cultura letrada que distinguia as classes sociais, criando uma relação de poder e dominação através do chamado capital cultural (BOURDIEU, 1997).

O Estado republicano, representado pelas oligarquias, não se fez preocupado em alterar esse quadro político, mantendo a lógica de dominação cultural e a educação sob a orientação religiosa, o que dava grande poder sobre o pensamento social para a Igreja Católica. Este cenário começa a sofrer demandas por transformações a partir das novas teorias educacionais que chegam ao Brasil na primeira metade do século XX. E com apoio da nova situação política do país que conduziu Getúlio Vargas a cadeira presidencial, ganha força e inicia um processo de crescentes disputas políticas pelo controle da educação brasileira, alterando o currículo educacional e apresentando novas concepções acerca do papel social da escola:

“uma das instituições características e indispensáveis, sem a qual não chega a existir um povo. Aqueles que não as têm também não têm existência autônoma, vivendo, tão somente, como um reflexo dos demais”.

(TEIXEIRA, 1988).

No início do século XX ganharam forças, diversos teóricos que repensaram os modelos de educação em diversos países. Anísio Teixeira, toma partido sobre tais concepções que relatavam a educação, a partir dos seus estudos de pós-graduação nos Estados Unidos da América. Dessa forma, mantém grande contato com o teórico John Dewey que muito irá influenciar quanto à formulação da proposta do movimento *Escola Nova* no Brasil na primeira metade do século XX.

Como objetivo de intentar elucidar historicamente as adversidades do contexto de disputas e negociações políticas sobre a educação no Brasil, entre 1930 e 1935, o presente trabalho tem o objetivo de analisar historicamente o pensamento de Anísio Teixeira sobre a pauta da educação laica, gratuita e pública, na inspetoria de educação do governo de Pedro Ernesto, durante o regime de Getúlio Vargas, dentro do recorte temporal citado. Desse modo, a pesquisa busca analisar a conjuntura da criação do movimento Escola Nova no Brasil e, entre seus principais mentores, explicitar como Anísio Teixeira difunde o ideal escolanovista através do governo de Pedro Ernesto no Distrito Federal e da atuação na Associação Brasileira de Educação - ABE.

Através do conceito de Capital Cultural, dentro de uma perspectiva teórica, a análise aqui constante percebe sua aplicação no contexto social estudado, entendendo que a proposta dos pioneiros da educação nova no Brasil, sobretudo Anísio Teixeira, objetiva, dentre outros fatores, a ampliação da cidadania na sociedade brasileira. Dessa maneira, buscando um rompimento com essa estrutura de poder cultural entre as classes, conforme Bourdieu (1997) define.

Ainda, entendendo o projeto político como um espaço de disputas e acordos políticos demandados por estritas e complexas relações de poder e dominação entre os distintos sujeitos que regem as políticas curriculares e, assim, baseado nas referências teóricas de Gabriel (2013), Lopes (2006), Lopes e Macedo (2011), Moreira e Silva (1995), percebo a importância e a relevância do meu recorte temático e temporal nesta investigação, tratando de um momento histórico decisivo sob uma ótica pouco explorada, no qual pretendo analisar as rupturas e continuidades na política educacional brasileira, promovidas pelo governo de Getúlio Vargas, de 1930 a 1935, como um dos fundamentos para a estruturação do poder político do então presidente da república.

Todavia, há a hipótese de que o modelo educacional, defendido por Teixeira, fora utilizado pelo Estado como mecanismo de afirmação do governo, para criar sua estrutura basilar tendo a renovação do cenário educacional como um dos pilares fundamentais. Outra possibilidade, é que a disseminação do movimento Escola Nova ocorre através da necessidade do governo em negar e abolir a tutela religiosa da educação, assumindo o papel e, dessa forma, democratizar o acesso a educação pública gratuita e de qualidade, voltada ao modelo capitalista industrial. É possível, ainda, perceber que a construção do currículo educacional brasileiro nesse período foi um

resultado de disputas, negociações e acordos políticos que silenciaram as partes e garantiram o poder político do presidente do país.

Com isso, esta pesquisa científica busca fazer uso analítico de documentação textual, correspondências e a análises iconográfica e bibliográfica sobre o conteúdo produzido para o tema da pesquisa. Além do trabalho de investigação dos registros escritos dos discursos políticos do governo sobre educação. A intenção presente nestes últimos instrumentos metodológicos não se trata em produzir uma narrativa acerca das trajetórias pessoais e profissionais dos pensadores/intelectuais do movimento, mas trata-se de enxergar nesses caminhos por eles percorridos o desenvolvimento de suas obras e pensamentos. Assim como não é uma pretensão deste estudo estabelecer uma relação homogênea entre os personagens e fatos apresentados, mas perceber o quanto eses fatores dialogam com a proposta teórica do movimento Escola Nova no Brasil.

UNIDADE 1: A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO (ABE) E O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA NO BRASIL (1932): UM NOVO PROJETO INSTITUCIONAL, a Escola Nova.

1.1. A ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E OS CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS SOBRE EDUCAÇÃO

A referência teórico-conceitual adotada pela Associação Brasileira de Educação era proveniente dos Estados Unidos, em contraponto a influência francesa presente até então na sociedade brasileira. Nesse sentido um dos fatores que colaborou para essa influência foram os colégios secundários norte americanos instalados no Brasil e que possuíam grande prestígio.

A criação dessa Associação, em 16 de outubro de 1924 (CUNHA, 1980), foi um acontecimento que veio a ter importância fundamental para o direcionamento das mudanças que se fizeram no sistema educacional escolar na segunda metade da década de 1920 e, principalmente, na primeira metade da década seguinte. Até aquela data, o debate sobre as questões educacionais se restringia, quase que exclusivamente, ao interior do Estado. Depois disso, passou a existir um espaço na sociedade civil onde se discutiam as políticas educacionais elaboradas pelo Estado e se elaboravam sugestões pragmáticas.

A Associação Brasileira de Educação, segundo CUNHA, era uma instituição da sociedade civil, de adesão voluntária, que reunia professores e intelectuais interessados na área da educação, fossem jornalistas, políticos, escritores ou funcionários públicos. Fora do Rio de Janeiro a filiação à entidade se fazia por meio das seções regionais que gozavam da mais ampla autonomia. A atuação da instituição se construía através de reuniões presenciais em que as pautas de discussão retratavam os temas da educação, de cursos, de publicações e de pesquisas. E, principalmente, por meio de conferências ou congressos nacionais de educação, abordavam temas específicos nessas áreas, assim como propunham novas reformas educacionais.

Desse modo, pode-se dar destaque a algumas conferências e congressos promovidos pela ABE, como a 1ª Conferência Nacional de Educação (Curitiba, 1927) que discutiu o ensino primário, a formação de professores; a 2ª Conferência Nacional de Educação (Belo Horizonte, 1928), com os temas sobre educação política, sanitária, agrícola, doméstica e ensino secundário; a 3ª Conferência Nacional de Educação (São Paulo, 1929) que propôs

discussões sobre ensino primário, secundário, profissional e inclusive organização universitária; a 4ª Conferência Nacional de Educação (Rio de Janeiro, 1931), quando foram propostas grandes diretrizes para a educação popular; a 5ª Conferência Nacional de Educação (Niterói, 1932-1933) em que foram apresentadas sugestões à Assembleia Constituinte; a 6ª Conferência Nacional de Educação (Fortaleza, 1934) refletindo sobre a educação pré-escolar; o 7º Congresso Nacional de Educação (Rio de Janeiro, 1935) que apresentou ampla pauta sobre a educação física escolar.

No entanto, após o congresso de 1935, na capital federal (Rio de Janeiro), a Associação Brasileira de Educação sofre grande impugnação do governo, tendo que suspender a realização desses encontros. Não obstante, muitos dos integrantes da ABE sofreram perseguição política, como o exemplo de Anísio Teixeira que foi, inclusive, retirado de suas ocupações públicas a frente da inspetoria de educação do Distrito Federal.

Apenas na década seguinte a Associação consegue voltar a promover suas atividades, dando continuidade a realização dos congressos e conferências nacionais, reafirmando o seu compromisso educacional e político, inclusive após o governo de Getúlio Vargas conforme a relação seguinte:

- VIII Congresso Nacional de Educação (Goiânia, 1942);
- IX Congresso Brasileiro de Educação (Rio de Janeiro, 1945);
- X Conferência Nacional de Educação (Rio de Janeiro, 1950);
- XI Conferência Nacional de Educação (Curitiba, 1954).

Consonante a isso, durante o período 1924 à 1935 a Associação Brasileira de Educação atuou como importantíssimo centro de discussões sobre a necessidade de reformas na educação brasileira, tanto no âmbito estadual quanto no federal, destacando-se a reforma João Luís Alves/Rocha Vaz, do ensino secundário e superior, de 1925; a criação do Ministério da Educação, em 1930; o Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931; a Lei Orgânica do Ensino Secundário, também em 1931, e a autorização para o ensino religioso nas escolas públicas, no mesmo ano. Foi nesse período que foram realizadas as reformas dos ensinos primário e secundário e dos ensinos normal (formação de professores) e técnico-profissional no Distrito Federal (1928 e 1932) e em Minas Gerais (1927).

Foi nesse mesmo contexto que a ABE realizou outra grande contribuição, a elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, logo após a conferência nacional de 1932. O

documento defendia a democratização da educação escolar e a modernização dos métodos pedagógicos. As idéias dos signatários do manifesto compuseram-se com as do movimento católico leigo, seu principal oponente, para a apresentação de uma sugestão unificada à Assembleia Constituinte de 1933. Não por acaso, a sugestão foi adotada, transformando-se no capítulo sobre educação e cultura da Constituição que veio a ser promulgada, dois anos depois, em 1934 pelo presidente Getúlio Vargas.

“Art 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana.(...)

Art 153 - O ensino religioso será de freqüência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais.(...)

Art 155 - É garantida a liberdade de cátedra.”

(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1934. Título V, Capítulo II)

No que se refere aos componentes da ABE, dois nomes são importantes para o nosso estudo, são eles o de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira que busca no exterior a referência teórico-metodológica que orientou a filosofia educacional da instituição.

Sobre Fernando de Azevedo, jornalista de “O Estado de São Paulo”, Cunha (1980) destaca que representava uma corrente do liberalismo brasileiro, denominada de “elitista”. Em decorrência disso, sua preocupação, no que tange a educação, era voltada para a formação escolar das camadas médias e das elites dirigentes. Já sobre Anísio Teixeira, filho da oligarquia baiana, vale ressaltar que em uma viagem a Nova Iorque em 1929 teve a oportunidade de conhecer a Universidade de Columbia onde lecionava John Dewey (1859-1952), tornando-se seu aluno e ao retornar ao Brasil se tornou o seu principal tradutor no país.

Com a revolução de 1930 houve um ambiente favorável à divulgação do pensamento de Dewey. Uma outra corrente começou a surgir dentro da Associação Brasileira de Educação, o liberalismo igualitarista, cujo principal líder foi Anísio Teixeira. E, ainda, em 1931, Teixeira passou a trabalhar na recém criada Inspetoria da Educação no Rio de Janeiro, que também era onde ficava a sede da ABE, foco irradiador de novas ideias no campo da educação.

De acordo com Xavier (2003), em dezembro de 1931 foi realizado no Rio de Janeiro um encontro de educadores a “IV Conferência Nacional de Educação” patrocinada pela

Associação Brasileira de Educação, em que esteve presente Getúlio Vargas, o então presidente da república, e Francisco Campos, ministro da educação. Nesse encontro Vargas solicitou aos educadores presentes a apresentação de uma diretriz para a educação do país, ou seja, novos princípios orientadores da política educacional. No entanto, sendo impossível o consenso de idéias, houve a cisão em dois blocos, dos educadores presentes, sendo que um era constituído pelos conservadores e aí se incluía o grupo católico e o outro era constituído pelos liberais, elitistas e igualitaristas. Logo, configurava-se um cenário de embate entre o grupo pioneiro e o de perspectiva conservadora, do qual fazia parte o grupo católico.

Para Xavier (2003) havia nessa divisão de idéias, entre outros fatores, inclusive políticos, a questão polêmica da alteração do artigo 72 da Constituição de 1891 sobre (re) inclusão do ensino de religião nas escolas públicas. De um lado, Anísio Teixeira representava o grupo favorável a alteração constitucional, enquanto o grupo conservador que defendia a manutenção do mesmo, era representado por Francisco Campos.

Posto isso, Nóbrega da Cunha passa a relatar o que veio a ser o fio condutor de sua obra e grande indicador da pertinência das considerações dos pioneiros e da introdução da Escola Nova no país: os discursos de Francisco Campos, Ministro da Educação, e de Getúlio Vargas, Chefe do Governo Provisório. O primeiro afirma que espera um esforço no sentido de definir o que vem a ser educação, pois há uma conceituação dissensual em torno do tema e uma prática que não é orientada por uma teoria. Ao final, Campos pergunta que tipo de homem se quer formar. Vargas, por sua vez, complementa o discurso anterior desejando que se encontre “a forma mais feliz” de educar os brasileiros.

A questão de Francisco Campos é o elemento disparador de um movimento que pode ser considerado uma verdadeira cruzada na busca de mais poder político por parte dos pioneiros: Cunha dedica grande parte de sua obra a descrever pormenorizadamente as passagens da Conferência nas quais tenta fazer seus colegas perceberem a relevância da pergunta do Ministro, repetindo-a à exaustão em todos os seus discursos e afirmando que a atenção a tal questão modificaria profundamente os rumos da Conferência.

Alguns educadores do grupo pioneiro resolveram expressar seus pontos de vista em um manifesto “ao povo e ao governo” divulgado em princípios de 1932, denominado “A Reconstrução Educacional no Brasil”, porém mais conhecido como “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”. Tal manifesto foi assinado por 26 educadores, dentre eles Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo. O texto do Manifesto expressou um ideal reformador, que

teve início com um movimento educacional nascido em meados da década de 1920, quando iniciaram as primeiras reformas educacionais em diferentes estados brasileiros.

1.2. O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA (1932): A BASE DO MOVIMENTO ESCOLA NOVA.

Em meados da década de 1920, com a crescente industrialização e a urbanização no país, a necessidade de preparar o país para o desenvolvimento influenciou um grupo de intelectuais brasileiros a se interessar pela educação - vista como elemento central para remodelar o país. Os novos teóricos viam num sistema estatal de ensino livre, aberto e gratuito, o único meio efetivo de combate às desigualdades sociais.

Na década seguinte, esses intelectuais, organizando-se no movimento chamado de Escola Nova, ganharam força, principalmente após a divulgação, em 1932, do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. O documento pregava a universalização da escola pública, laica e gratuita. Entre os nomes de vanguarda que o assinaram estavam, além de Anísio Teixeira (1900-1971), que defendeu a universalização do acesso à educação, também Fernando de Azevedo (1894-1974) que aplicou a sociologia à educação e reformou o ensino em São Paulo nos anos 1930, o professor Lourenço Filho (1897-1970) e a poetisa Cecília Meireles (1901-1964). A atuação desses pioneiros se manteve por décadas, muitas vezes criticada pelos defensores da escola particular e religiosa. Entretanto, eles ampliaram sua atuação e influenciaram uma nova geração de educadores como Darcy Ribeiro (1922-1997) e Florestan Fernandes (1920-1995), mais tarde.

De tal modo, influenciado por estas visões emergentes no campo da educação, Anísio Teixeira vê a necessidade de uma teoria educacional indissociável de um saber prático. Dessa forma, passou a assumir uma posição filosófica firmada no exemplo de John Dewey, que foi um progressista social que concebia a educação como um processo de recriação ou reconstrução do educando por meio da experiência. Ele propunha a educação em e para o educando, sendo Anísio um dos precursores desta visão no meio educacional brasileiro.

Não obstante, Dewey considerava a educação uma constante reconstrução da experiência. Foi esse pragmatismo, observa Maria Cristine Leal, que impulsionou Teixeira a se projetar para além do papel de gestor das reformas educacionais e atuar também como filósofo da educação. A marca do pensador Anísio Teixeira era uma atitude de inquietação permanente diante dos fatos, considerando a verdade não como algo definitivo, mas que se busca continuamente; estando sempre em construção.

Assim, o movimento Escola Nova obteve grande influência do pensador norte-americano John Dewey que influenciou os caminhos do intelectual brasileiro Anísio Teixeira. O Brasil lutava para se ajustar a uma forma de vida que se identificasse com os Estados Unidos e a Europa, países tidos como industrializados, desenvolvidos e modernos. A prerrogativa da época conferia à falta de educação como a responsável pelo atraso em que se encontrava o Brasil. Os Pioneiros do movimento Escola Nova entendiam que a reconstrução da educação brasileira seria basilar para o desenvolvimento do país.

Nesse sentido, o educador brasileiro entende que o ambiente social é fundamental na escola e que, como a família já não educava como no passado, a instituição escolar deveria assumir a responsabilidade por essa posição, diagnosticando e aplicando os meios corretivos necessários. Essa concepção exige, segundo Anísio, "uma educação em mudança permanente, em permanente reconstrução" (TEIXEIRA, 1971).

É por isso que Teixeira assina o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova no Brasil, em 1932. O Manifesto consolidava a visão de um segmento da elite intelectual que, embora com diferentes posições ideológicas, vislumbrava a possibilidade de interferir na organização da sociedade brasileira do ponto de vista educacional.

"Em nosso regime político, o Estado não poderá, decerto, impedir que, graças à organização de escolas privadas de tipos diferentes, as classes mais privilegiadas assegurem a seus filhos uma educação de classe determinada; mas está no dever indeclinável de não admitir, dentro do sistema escolar do Estado, quaisquer classes ou escolas, a que só tenha acesso uma minoria, por um privilégio exclusivamente econômico. Afastada a idéia de monopólio da educação pelo Estado, num país em que o Estado, pela sua situação financeira, não está ainda em condições de assumir a sua responsabilidade exclusiva, e em que, portanto, se torna necessário estimular, sob sua vigilância, as instituições privadas idôneas, a 'escola única' se entenderá entre nós, não como uma conscrição precoce arrolando, da escola infantil à universidade, todos os brasileiros e submetendo-os durante o maior tempo possível a uma formação idêntica, para ramificações posteriores em vista de destinos diversos, mas antes como a escola oficial, única, em que todas as crianças, de 7 a 15 anos, todas ao menos que, nessa idade, sejam confiadas pelos pais à escola pública, tenham uma educação comum, igual para todos."

(AZEVEDO, 2010).

Logo, a Escola Nova foi um movimento de renovação do ensino, com forte presença no Brasil, na primeira metade do século XX. Este movimento desenvolveu-se sob importantes impactos de transformações econômicas, políticas e sociais no país. Na essência da ampliação do pensamento liberal no Brasil, propagou-se o ideário escolanovista, segundo o qual a educação era o elemento único e verdadeiramente eficaz para a construção de uma sociedade democrática, que leva em consideração as diversidades, respeitando a individualidade do sujeito, aptos a refletir sobre a sociedade e capaz de inserir-se nela. Então de acordo com Teixeira, a educação escolarizada deveria ser sustentada no indivíduo integrado à democracia, o cidadão atuante e democrático.

“uma função única e exclusiva. Não é só difundir conhecimento. O livro o faz. Não é conservar a experiência humana. O livro também conserva. Não é preparar práticas profissionais, ou ofícios de arte. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas que a universidade.”

(TEIXEIRA, 1988. p. 35).

Não poderia o manifesto, ter sido lançado em melhor conjuntura política, pois em meio ao processo de reordenação política resultante da “Revolução de 1930”, que conduziu o país ao governo de Getúlio Vargas, o documento se tornou o marco inaugural do projeto de renovação educacional do país. Além de constatar a desorganização do aparelho escolar, propunha que o Estado organizasse um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Surgia, assim, em oposição ao modelo, então, tradicional e regido pela Igreja Católica.

O Movimento trata a educação como um problema social, na medida em que trata a educação como um direito de todos. Segundo Romanelli (1978), sem distinção de classes ou situação econômica. Ainda, afirma que o Estado deve assegurá-la, por meio de escolas públicas, gratuitas, laicas e obrigatórias. Assim, determina que o documento inovou ao tratar a educação como problema social, pois “não só estava traçando diretrizes novas para o estudo da educação no Brasil, mais também estava representando uma tomada de consciência, por parte dos educadores, até então praticamente inexistente” (ROMANELLI, 1978, p. 150).

Todavia, a ideia de progresso que fora desencadeada com a República, com o início do processo de industrialização, estava mergulhada na defesa do papel da escola na sociedade. As discussões nas primeiras décadas do século XX começaram a crescer no Brasil, “desencadeando não só, em 1930, a criação do Ministério da Educação e da Saúde, mas deu origem a Conferências de âmbito nacional, organizadas pela ABE, e desenvolveu a

organização de reformas estaduais que compunham, no conjunto da sociedade, forças e vontades que apontavam para a produção do Manifesto de 1932” (MAZZUCO, 2004, p. 39).

Os educadores que assinaram o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, já estavam realizando muitas dessas reformas em vários estados brasileiros. Os projetos de reformas, marcados por um otimismo constante, manifestavam esperanças para com a escola, colocando-a na linha de frente para solucionar os problemas da sociedade. Levados por esta expectativa, esses projetos adentraram mais em alguns estados, tais como São Paulo, Ceará e, principalmente, Distrito Federal do Rio de Janeiro.

Dessa maneira, contudo, as discussões que se levantam em torno da questão da melhoria da área educacional no Brasil, podem ser visualizadas em alguns tópicos desde as reformas, como exemplo: a aplicação de recenseamento escolar como instrumento para controlar matrículas e frequência escolar, o que demonstra uma preocupação com a evasão; redução do índice de analfabetismo.

Ainda, segundo Mazzuco (2004), a situação da República na década de 30 vem assinalada pela defesa otimista da educação e pelo cumprimento político de reformas. No entanto, na prática, os acontecimentos caminharam mais vagarosamente do que na efervescência do espírito.

Segundo Libâneo (2006, p. 154), o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova intentava a reformulação da política educacional com base pedagógica renovada. Os intelectuais presentes na IV Conferência Nacional de Educação (1931) atenderam a um pedido de Vargas, para contribuírem para a elaboração de uma proposta educacional, que seu governo não possuía. Ficavam expressas, em linhas gerais, que o manifesto defendia uma escola pública, obrigatória, laica e gratuita, “que eliminasse o espírito livresco da educação em vigor e adquirisse aspecto mais prático, profissionalizante, aberta a todas as classes sociais, a fim de construir cientificamente o País, na perspectiva da racionalidade científica”.

Segundo Machado (2005, p. 111) “o manifesto constituiu-se como um documento histórico sobre o momento e que se traçaram as bases da política nacional de ensino”. Saviani (2006) assegura que o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova pode ser considerado um importante legado deixado pelo século XX, pois se caracteriza como referência para as gerações subseqüentes. O autor define o manifesto da seguinte maneira:

“[...] esse manifesto propunha-se a realizar a reconstrução social pela reconstrução educacional. Partindo do pressuposto de que a educação é uma função essencialmente pública, e baseado nos princípios da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, co-educação e unicidade da escola, o manifesto

esboça as diretrizes de um sistema nacional de educação, abrangendo, de forma articulada, os diferentes níveis de ensino, desde a educação infantil até a universidade”

(SAVIANI, 2006, p.33).

UNIDADE 2: ANÍSIO TEIXEIRA E O GOVERNO DE PEDRO ERNESTO (1930 a 1935).

2.1. Uma breve narrativa da trajetória intelectual de Anísio Teixeira.

Anísio Espínola Teixeira nascido em Caetité, sertão da Bahia, em 12 de julho de 1900, filho de fazendeiros, estudou no colégio jesuíta São Luís Gonzaga em sua cidade natal. Em 1914 ingressou no colégio Antônio Vieira, em Salvador. Anos mais tarde, obteve o título de Master of Arts pelo Teachers College da Universidade de Columbia, em Nova York, em 1929. Algumas décadas depois, em 1964, Teixeira foi condecorado com a medalha de honra pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos da América, conforme fotografia apresentada em anexo (ANEXO 1).

Desse modo, quando estudante nos Estados Unidos da América, aluno do filósofo e educador John Dewey, concluiu sua pós-graduação e retornou ao Brasil, como um entusiasta do movimento Escola Nova, pensando em uma reforma geral na educação brasileira.

Logo, podemos atribuir a Anísio uma importante referência no cenário educacional brasileiro, principalmente no que se refere a organização do movimento Escola Nova, junto à outros diversos intelectuais brasileiros, permitindo assim uma significativa transformação na educação brasileira ao se romper com o modelo educacional até então regido pela Igreja Católica. Modelo que, segundo o intelectual, não fazia do aluno um sujeito ativo da educação, partindo da institucionalizada passividade do educando perante a autoridade do professor/ instituição.

Consoante a isso, Teixeira acreditava na assimilação de experiência, visando à estruturação pessoal. Lutava por mudanças curriculares com características de transversalidade, importância do ensino das ciências e da pesquisa. Defendia a escola pública, gratuita e laica (CUNHA, 1980). Suas obras que mais se destacaram foram: Aspectos americanos da educação (1928), Educação progressiva (1932), Em marcha para a democracia (1934), Educação pública: organização e administração (1935), A Universidade e a liberdade humana (1954).

Teixeira foi muito influente no Brasil no contexto de reformulação da educação brasileira a partir da década de 1930, ocupando importantes cargos no cenário educacional brasileiro, como o de liderança da Inspetoria de educação do Distrito Federal (Rio de Janeiro) até 1935, durante o governo municipal de Pedro Ernesto, quando criou, entre 1931 e 1935, uma rede municipal de ensino que ia da escola primária à universidade.

O próprio ato de aprender, dizia Anísio, durante muito tempo significou simples memorização; depois seu sentido passou a incluir a compreensão e a expressão do que fora ensinado; por último, envolveu algo mais: ganhar um modo de agir. Só aprendemos quando assimilamos uma coisa de tal jeito que, chegado o momento oportuno, sabemos agir de acordo com o aprendido.

Para o pensador, não se aprendem apenas ideias ou fatos, mas também atitudes, e senso crítico, desde que a escola disponha de condições para exercitá-los. Assim, uma criança só pode praticar a bondade em uma escola onde haja condições reais para desenvolver o sentimento. A nova psicologia da aprendizagem obriga a escola a se transformar num local onde se vive e não em um centro preparatório para a vida. Como não aprendemos tudo o que praticamos, e sim aquilo que nos dá satisfação, o interesse do aluno deve orientar o que ele vai aprender. Portanto, é preciso que ele escolha suas atividades.

Quanto à disciplina, Anísio afirmava que o homem educado é aquele que sabe ir e vir com segurança, pensar com clareza, querer com firmeza e agir com tenacidade. Numa escola democrática, mestres e alunos devem trabalhar em liberdade, desenvolvendo a confiança mútua, e o professor deve incentivar o aluno a pensar e julgar por si mesmo. "Estamos passando de uma civilização baseada em uma autoridade externa para uma baseada na autoridade interna de cada um de nós" (TEIXEIRA, 1971).

Anísio Teixeira ocupa a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal do Rio de Janeiro, no governo do prefeito Pedro Ernesto (1931-1935). Nessa gestão conduziu importantes reformas educacionais que o projetou nacionalmente,. Também foi signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, teve participação ativa na Associação Brasileira de Educação (ABE) e criou a Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935.

Para ser eficiente, dizia Anísio, a escola pública para todos deve ser de tempo integral para professores e alunos (TEIXEIRA, 1988).

Teixeira e os demais signatários do Manifesto defenderam propostas no intuito de solucionar os problemas da educação no país. Propuseram principalmente a organização do ensino em seus diversos níveis, defendendo a unicidade da educação, tendo por finalidade reconstruí-la, indicando a urgência da criação de um Sistema Nacional de Ensino. A ideologia dos renovadores está evidente, conforme o trecho abaixo:

“O documento tem por objetivo imprimir uma direção mais firme ao movimento renovador e defini-lo mais objetivamente. Opondo-se ao empirismo das reformas parciais, o manifesto surge como uma convicção abertamente definida da necessidade de se construir e aplicar um programa de reconstrução educacional de âmbito nacional.”

(ROMANELLI, 1978, p.145)

A esse respeito, Cunha (1980) destaca que para os senhores das oligarquias rurais, grupo social hegemônico da época, interessava a educação moral dos trabalhadores ao invés da difusão do ensino primário. Contudo, devido as mudanças no arranjo político foi possível o aparecimento dos profissionais da educação, no início da década de 20, que pretendiam remodelar o sistema de ensino, bem como acreditavam que o remédio para os males da nação era acabar com o analfabetismo por meio da instrução pública. O autor acrescenta que em 1924 foi fundada, por esses profissionais, a Associação Brasileira de Educação (ABE), que funcionou como um instrumento de difusão de suas idéias.

2.2. O governo de Pedro Ernesto e as reformas educacionais de Anísio Teixeira.

Nascido em Recife (PE), em 1884, Pedro Ernesto Baptista não ganhou sua notoriedade nacional na cidade natal. Iniciou seus estudos na Bahia, mas os encerrou no Distrito Federal do Rio de Janeiro, em 1908, quando se formou médico. Na mesma cidade, onde se formara, decidiu por sua manutenção, onde obteve grande prestígio

como cirurgião e popularidade por oferecer atendimento gratuito à população carente da cidade, em sua casa de saúde.

Na década de 1920, ingressou no movimento tenentista, onde além de prestígio assumiu papel como uma das lideranças do movimento que assentou Vargas na cadeira presidencial, em 1930. Além disso, por possuir uma excelente relação com o então presidente Getúlio Vargas, tornou-se médico da família e, no mesmo ano, foi intitulado como diretor da assistência hospitalar do Distrito Federal. Foi justamente a boa relação de Pedro Ernesto com o presidente, à época, que lhe resultou a ascensão na vida pública da cidade do Rio de Janeiro, sobretudo, quando em 1931 recebeu nova promoção política, sendo nomeado interventor do Distrito Federal.

Pedro Ernesto assumia o cargo com afinco em relação à proposta do movimento tenentista, explicitando, segundo matéria do jornal *O Globo* da época, o caráter da “revolução de 1930” com o discurso: “o programa de governo, aqui como nos estados, é um só, é o da Revolução”. (O Globo, 02/01/1931)

Era essa, portanto, uma ação comum à conjuntura política daquele momento em que muitos tenentes estavam sendo promovidos a interventores nas cidades pelo país. Pois esse parecia ser o método do governo provisório de Getúlio Vargas, amparando-se no apoio dos que conduziram a sua subida à presidência da república, denotando a presença do tenentismo nessa fase do governo.

Como interventor federal e, posteriormente como prefeito do Distrito Federal, marcou seu governo por uma atenção especial às áreas de saúde e educação. Essa última dirigida pelo educador Anísio Teixeira que liderou a, então, inspetoria de educação do Distrito Federal, aplicando o projeto de reformulação da educação na cidade do Rio de Janeiro.

Teixeira era um dos mentores do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, lançado em 1932, juntamente com outros intelectuais brasileiros que nos anos 1920 trabalharam nas reformas educacionais estaduais.. Os pioneiros da escola nova defendiam práticas pedagógicas inovadoras, direcionadas a um ensino mais prático e à formação de mão-de-obra para o setor industrial. Almejavam, portanto, a construção do país em bases urbano-industriais democráticas. (NUNES, 2001, p.15).

O investimento de Pedro Ernesto na educação teve o objetivo de atingir as camadas urbanas mais pobres. O projeto bateu de frente com a educação tradicional e dogmática da Igreja Católica e também com a legislação educacional federal que era voltada para um projeto de poder uniformizador e autoritário. (NUNES, 2001, p.10).

No entanto, enquanto Teixeira ocupava a administração local da inspetoria de educação do Distrito Federal, Francisco Campos, nomeado pelo presidente Vargas, ocupava a cadeira do Ministério da Educação e Saúde pública. Estava marcada aí uma incoerência política basilar, pois os dois intelectuais possuíam óticas bastante divergentes quanto ao papel da educação para a sociedade. O aporte principal da discordância estava na questão da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. Enquanto Teixeira era totalmente a favor de um ensino laico, desvinculado de qualquer credo político ou religioso, Campos, do outro lado, acreditava que o catolicismo era fundamental para a formação do estudante e para a disseminação de valores que mantivessem a ordem pública. Segundo Sarmiento (2001, p.145) as diferenças entre os dois intelectuais era a dicotomia entre capacitação e controle do indivíduo.

Inclusive, importante observar que em função da posição de Teixeira quanto ao ensino religioso, a Igreja Católica o alcunhou como comunista, com receio de que a religiosidade fosse extraída do ensino das escolas. Todavia, o então inspetor de educação nada tinha em relação ao socialismo ou comunismo em suas prerrogativas. Contraditoriamente as acusações, Teixeira baseava-se no modelo capitalista, buscando igualdade de acesso ao mercado e formação de mão de obra qualificada para a crescente produção industrial que se desencadeava na capital.

Enquanto Anísio Teixeira esteve à frente da inspetoria de educação, foram construídas 28 escolas e contratados cerca de 800 professores, com cerca de 30 mil estudantes sendo beneficiados. Boa parte dos novos prédios escolares erguidos se situava em áreas pobres e com carência de investimento do poder público, principalmente em bairros das zonas norte e oeste, onde morava boa parte do proletariado do município. Assim retratado na imagem em anexo que retrata Pedro Ernesto e Anísio teixeira a frente de uma maquete de uma unidade escolar nova (ANEXO 2).

Desse modo, Pedro Ernesto procurou promover uma política pública que atendesse às camadas pobres em sua demanda por melhores condições de saúde, sobretudo de educação, buscando ajustar as arestas, há tempos, deixadas de lado pelo Estado e tentando integrar essa população ao modelo político-econômico capitalista, formatando um melhor cenário de vida urbano-industrial.

A política inclusiva do prefeito, juntamente com Teixeira no âmbito educacional, demonstra não apenas o caráter reformador do governo municipal. Mas esses números apontam também o avanço de um projeto de políticas públicas voltadas para os trabalhadores, denotando que até o início da década de 1930 cerca de 80% das instalações educacionais municipais eram prédios alugados pela prefeitura, muitos com péssimas infraestruturas, baixíssimas capacidades de atendimento à população e instáveis. No entanto, a administração municipal revigorou o cenário político educacional da cidade, remodelando as estruturas, criando novas instalações, contratando novos profissionais e atendendo, conseqüentemente mais alunos no município, conforme a fotografia em anexo que apresenta Anísio Teixeira e Pedro Ernesto na inauguração de uma unidade escolar (ANEXO 3).

Ainda, cabe frisar que, segundo Lemme (1992) o governo de Pedro Ernesto ampliou o acesso à cidadania na cidade do Rio de Janeiro. Isso favoreceu a democracia, em contraponto aos traços autoritários que se apresentavam pela presidência da república, à época.

Não obstante, 1932 foi um ano de grande importância para o início do planejamento político do novo prefeito, dedicado à obtenção da simpatia de dois setores da população que eram essenciais para o desdobramento dos objetivos de Pedro Ernesto, a população carente e os funcionários públicos.

Assim, os mais pobres, antes mesmo da implementação das políticas educacional e de saúde, foram contemplados através da ação do prefeito no intuito de valorizar o carnaval e torná-lo parte do calendário oficial do município, patrocinando a “noite das escolas de samba” (LUSTOSA, 1994, p.22) e estreitando relações com os sambistas dos morros da cidade. Entretanto, mais importante ainda foi a intenção de Pedro Ernesto em obter o apoio dos funcionários públicos do município, já que eles constituíam o corpo burocrático responsável pela colocação em prática dos projetos da

prefeitura. Isso denota, ainda, a intenção eleitoreira do prefeito visando a eleição da assembleia constituinte em 1933.

Ainda, As leis trabalhistas municipais foram todas colocadas em vigor já no ano de 1932, o que indica a vontade do prefeito em ganhar o mais rápido possível o apoio de seus subordinados. Dessa forma, Pedro Ernesto soube construir sua reputação e obter a popularidade necessária para um retorno à ordem constitucional que se apresentava iminente desde a revolta paulista de 1932.

Em janeiro de 1933 o funcionalismo público municipal fez uma grande manifestação em homenagem ao prefeito. O *Jornal do Brasil* de 01/01/1933 estampou a manchete: “um preito de gratidão”, relatando as homenagens do funcionalismo público e do operariado municipais ao prefeito. Na ocasião, Pedro Ernesto reafirmou sua confiança no Presidente Vargas e na obtenção da autonomia para o Distrito Federal.

A autonomia carioca, aliás, constava no programa da Aliança Liberal que teve Vargas como candidato à presidência em 1929, mas o presidente protelava em colocá-la em prática – provavelmente com medo de perder o controle da principal praça política do país, a capital da República, num momento em que buscava solidificar sua posição como chefe do executivo nacional.

O prefeito encabeçou a criação do Partido Autonomista do Distrito Federal (PADF), que aglutinou políticos e pessoas importantes da opinião pública em torno da ideia de autonomia para a capital da República, questão que suscitava discussões desde a proclamação da República (FREYRE, 2000).

Com pouco tempo para o registro do eleitor, a eleição de 1933 teve apenas 9% a mais de votantes do que a de 1930. Já a eleição municipal de 1934 recebeu 110 mil votos válidos, quase o dobro do número de 1930. Embora dados deem conta do crescimento do eleitorado de 220 mil para 750 mil entre 1920 e 1940, podemos observar que tal crescimento se deu mais especificamente entre 1922 e 1934, num índice cinco vezes maior do que o crescimento da população da cidade no mesmo período. (CONNIFF, 2006, p.154).

O Partido Autonomista foi objetivo na estratégia das eleições municipais de 1934, buscando simplesmente orientar o eleitorado a escreverem o nome do partido ou de Pedro Ernesto nas cédulas de votação, garantindo o sucesso eleitoral do partido e do

prefeito. Cerca de 45 mil cédulas (42% do total) tiveram o nome de Pedro Ernesto. Das 10 cadeiras de representantes do Distrito Federal na Câmara dos Deputados, 8 foram para o Partido Autonomista. Já na Câmara Municipal, 20 das 22 dos vereadores ficaram com o partido, confirmando Pedro Ernesto como primeiro prefeito eleito da História do Rio de Janeiro, embora de forma indireta, em votação promovida entre os vereadores eleitos. (CONNIFF, 2006, p.154).

Com isso, o prefeito ganhava base de sustentação para dar continuidade ao seu projeto político no Distrito Federal, afastando-se um pouco do espectro do presidente Vargas. Segundo Sarmiento (2000), no início dos anos 1930 o objetivo político de Vargas no tocante à cidade do Rio de Janeiro era o seguinte: limitar a atuação dos políticos locais por pura precaução, a fim de neutralizar a política carioca e manter a estabilidade do governo federal que tinha sede na cidade.

O Partido Autonomista galgou enorme sucesso num curto espaço de tempo. Sarmiento (2000) se refere à formação do Partido Autonomista como a “arquitetura do impossível”, devido à grande heterogeneidade de seus membros. Podemos afirmar que, se num primeiro momento essa heterogeneidade foi o ponto forte do partido, levando-o à esmagadora vitória nas eleições municipais, posteriormente as divergências dentro do partido acabaram por levar à sua fragmentação poucos anos depois de sua fundação.

Não obstante, o governo constitucional de Pedro Ernesto foi marcado pelo projeto educacional de Anísio Teixeira, seu inspetor de educação municipal, criando em 1935 a Universidade do Distrito Federal (PEB, CPDOC, folheto LF 88f). Seria essa uma das mais inovadoras criações do governo, no campo da educação, que já se aproximava do seu fim devido a conjuntura política do governo Vargas.

As inimizades com a Igreja Católica, as disputas políticas internas do Partido Autonomista e, principalmente, a popularidade do prefeito, acabaram levando à abreviação de seu mandato. O presidente Getúlio Vargas acabou se aproveitando da chamada Intentona Comunista (1935), promovendo uma verdadeira perseguição política aos seus inimigos políticos e às pessoas que poderiam atrapalhar seus planos de se manter no poder, como Pedro Ernesto, por exemplo (PEDREIRA, 1937). Do mesmo modo, o governo Vargas também perseguiu Anísio Teixeira que oficializou sua demissão do cargo da Inspeção de educação do Distrito Federal, conforme carta de

demissão enviada a Pedro Ernesto (Arquivo PEB, CPDOC), e retornou à sua cidade natal, na Bahia, onde deu continuidade aos seus trabalhos intelectuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A Escola Nova foi um importante movimento educacional que emergiu para propor novos caminhos a uma educação que para muitos parecia não estar em sintonia com o mundo das ciências e das tecnologias.

Este trabalho não tem a pretensão de generalizar as reflexões aqui estabelecidas, apontando uma homogeneidade nas reformas, e sim analisar o quanto as idéias dessas reformas estavam de acordo com o texto do Manifesto publicado em 1932.

Portanto, a finalidade deste trabalho foi relacionar criticamente a conjuntura e os agentes envolvidos na concepção do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, sobretudo a partir da concepção de Anísio Teixeira. O presente estudo aborda principalmente as reformas educacionais do Distrito Federal (a então cidade do Rio de Janeiro) no contexto do governo municipal de Pedro Ernesto, durante o período em que Getúlio Vargas se encontrava à frente da presidência do Brasil, ainda sob o caráter provisório.

Sendo assim, a pesquisa compreende que essas reformas foram fundamentais para o processo de construção de um modelo educacional para o governo que vislumbrava sua ascensão.

E, para tanto, foi redesenhado o contexto histórico do período de criação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, durante o início da década de 1930, ressaltando a luta pela ampliação da escola pública, que passaria a ter função de formar o indivíduo para a cidadania. Com isso, a pesquisa buscou, sobretudo, analisar o protagonismo do educador Anísio Teixeira na formulação do movimento Escola Nova, atuando na inspetoria de educação da então capital federal nos primeiros anos da década de 1930. Ainda, junto a outros intelectuais brasileiros, sendo membro essencial da Associação Brasileira de Educação que teve importante papel na formulação de novas diretrizes curriculares para o setor educacional brasileiro.

Frente ao novo contexto socioeducacional que se desencadeava, seria preciso um novo tipo de homem. Mais consciente e preparado para resolver seus problemas, acompanhando as significativas transformações intelectuais, industriais e sociais que estavam em curso no país.

REFERÊNCIAS:

1. FONTES PRIMÁRIAS:

- Arquivo CPDOC/FGV:

_____. Anísio Teixeira, Pedro Ernesto, Lourenço Filho e outros no Instituto de Pesquisas Educacionais. Iconografia: fotografia. Classificação: AT foto 010. Data de produção: entre 1931 e 1935 (Data certa). Descrição física: 1 fot.: p&b; 10 x 14,5cm. Filme 14/6/26A-27.

_____. Classificação: AT t-rs 1960.08.10. Série: t-rs - Temática (rem. supl.). Data de produção: 10/08/1960 (Data certa). Quantidade de documentos: 5 (79 folhas). Microfilmagem: rolo 35 fot. 584 a 621. Bibliografias de trabalhos de Anísio Teixeira.

_____. Classificação: AT c 1932.05.25. Série: c – Correspondência. Data de produção: 25/05/1932 (Data certa). Quantidade de documentos: 1 (2 folhas). Microfilmagem: rolo 37 fot. 518. Resumo: Cartão de Teixeira de Freitas a Anísio Teixeira apresentando-lhe Abdiel Fernandes Brasil que deseja um registro de professora particular. Rio de Janeiro.

Arquivo Pedro Ernesto Batista. Pedro Ernesto, Anísio Teixeira e outros diante da maquete de uma escola. Iconografia: fotografia. Classificação: PEB foto 117. Data de produção: entre 1934 e 1935 (Data certa). Quantidade de documentos: 1. Descrição física: 1 fot.: p&b; 18 x 24cm. Filme 160/7/3A-4.

Arquivo ^{Lourenço} Filho. Lourenço Filho, Anísio Teixeira e outros, na Associação Brasileira de Educação. Iconografia: fotografia. Classificação: LF foto 021. Data de produção: entre 1933 e 1935 (Data certa). Descrição física: 1 fot.: p&b; 18 x 24cm. Filme 553/1/5;6.

Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital.

Periódicos:

O Globo (02/01/1931)

Jornal do Brasil (01/01/1933)

Constituição Brasileira de 1934. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm

2. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEVEDO, Fernando. “*Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932)*” e dos educadores 1959, in: **Coleção Educadores: Manifestos dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos educadores 1959**. Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Página 44.

BOURDIEU, Pierre. *Capital Cultural: Escuela e Espacio Social*. México: Siglo Veinteuno, 1997.

FÁVERO, Maria de Lurdes de Albuquerque. A UDF, sua vocação política e científica: um lega do para se pensar a universidade hoje. In: *Pro-Posições*, v. 15, n. 3, set/dez, 2004. p. 143-162. Disponível em: <http://mail.fae.unicamp.br/~proposicoes/textos/45-dossie-faveromla.pdf> . Acesso em 05 de junho de 2010.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à prática educativa*. 46ª Ed – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

GABRIEL, Carmen Teresa. O “outro” como elemento incontornável na produção do conhecimento histórico. In: MONTEIRO, Ana Maria & PEREIRA, Amilcar Araújo (Org.). **Ensino de História e Culturas Afro-brasileiras e Indígenas**. Rio de Janeiro: Pallas, 2013, p. 287-311.

GERIBELLO, Wanda Pompeu. Anísio Teixeira: análise e sistematização de sua obra. São Paulo : Atlas, 1977.

_____. Universidade, ciência e cultura no pensamento de Anísio Teixeira. In: *Revista de comunicação, cultura e política*. ALCEU, v.4, n.7, jul./dez. 2003. p. 150-163. Disponível em: <http://publique.rdc.puc-rio.br/revistaalceu/media/alceu-n7-Mendonca.pdf> . Acesso em: 20 de maio de 2008.

LOPES, Alice Casimiro. Discursos nas políticas de currículo. **Currículo sem Fronteiras**, v. 6, p. 33-52, 2006.

LOPES, Alice Casimiro e MACEDO, Elizabeth Fernandes de. **Teorias de Currículo**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 279p.

MOREIRA, A. F. B. & Silva, T. T. (Org.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados , 2007.

- TEIXEIRA. Educação e universidade. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1988.
- CUNHA, Luiz Antônio. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Edições UFC, 1980.
- LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização** – 3.ed. – São Paulo: Cortez, 2006.
- PILETTI, Nelson. **A reforma Fernando de Azevedo: Distrito Federal, 1927-1930**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 1982 (dissertação de mestrado).
- ROMANELLI, Otaíza. **História da educação no Brasil 1930/1973**. Rio de Janeiro / Petrópolis: Vozes, 1978, p. 127-153.
- SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do “longo século XX” brasileiro. In: SAVIANI, Dermeval [et al.] **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- SOUZA, Rosa Fátima de. Lições da escola primária. In: SAVIANI, Dermeval [et al.] **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.
- NUNES, João Roberto Oliveira. *A administração Pedro Ernesto e a Questão Educacional*. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.
- PEDREIRA, Mário Bulhões. *Razões de Defesa do Dr. Pedro Ernesto Baptista*, 1937.
- SARMENTO, Carlos Eduardo. *O Rio de Janeiro na Era Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- _____. A arquitetura do impossível: a estruturação do Partido Autonomista do Distrito Federal e o debate autonomista nos anos 1930. In: Marieta de Moraes Ferreira (Coord.). *Rio de Janeiro: Uma cidade na História*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação para a democracia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- MOURELLE, Thiago Cavaliere. *Limites e possibilidades do trabalhismo de Pedro Ernesto no Rio de Janeiro na década de 1930*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

LEMME, Antonio César. *Rompendo o Silêncio: educação, cidadania na administração Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, Secretaria das Culturas, s/d.

CONNIFF, Michael L. *Política urbana no Brasil: a ascensão do populismo 1925-1945*. Tradução de Myriam Campello. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2006.

FREYRE, Américo. República, cidade e capital: o poder central e as forças políticas do Rio de Janeiro no contexto da implantação republicana. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). *Rio de Janeiro: Uma cidade na História*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

DICIONÁRIO HISTÓRICO BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Edição digital. CPDOC – FGV.

ANEXOS

- Anexo I:



Figura 1 Anísio Teixeira recebendo medalha de honra na Universidade de Columbia, EUA, 1964.

- Anexo II:



Figura 2 Pedro Ernesto, Anísio Teixeira e outros diante da maquete de uma escola, 1934. (Arquivo Pedro Ernesto Baptista (PEB), foto 117, CPDOC).

- Anexo III:



Figura 3 Pedro Ernesto, Anísio Teixeira e outros na inauguração de uma escola no Distrito Federal, 1934. (Arquivo Pedro Ernesto Baptista (PEB), foto 116, CPDOC).